

BOLETIM 405

Brasília, 4 de agosto de 2017

Marceneiros de São Paulo promovem Seminário para fortalecer a Campanha Salarial 2017/2018

O Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo promoveu, na última semana, na capital paulista, o 23º Seminário para organizar a Campanha Salarial 2017/2018 com a presença de mais de 150 trabalhadores da base e dirigentes sindicais de diversas entidades.

Trata-se de um evento que se tornou, há 23 anos, uma ferramenta indispensável para mobilizar a categoria nas campanhas salariais. Os temas predominantes nos debates foram: a reforma trabalhista e os efeitos devastadores entre os trabalhadores, e o que as medidas do governo Temer significam de retrocesso e estímulo ao desemprego e à precarização das condições de trabalho e de vida do povo e da classe trabalhadora.

Durante todo o dia, os trabalhadores ouviram atentos as palestras e participaram dos debates esclarecendo todas as dúvidas do momento. O centro dos debates foi o fortalecimento da campanha salarial que se inicia e seus objetivos.

CONTRICOM PRESENTE – O secretário de Finanças da CONTRICOM e presidente da FETICOM-RS, Aroldo Garcia, representou a



Lopes faz a abertura dos trabalhos do Seminário ao lado de outras lideranças sindicais



Aroldo Garcia saúda os participantes do Seminário em nome da CONTRICOM

entidade e falou em nome do presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho, que, em razão de outro compromisso da Confederação, não pode estar presente.

Aroldo saudou e cumprimentou os participantes pela iniciativa, falou da experiência das negociações no Rio Grande do Sul no segmento do mobiliário e mostrou a necessidade dos trabalhadores e das organizações sindicais



Marceneiros de SP: intensa participação no Seminário organizado pelo Sindicato

estarem unidas na defesa de seus direitos e conquistas, principalmente nesse momento existem tantas ameaças de retrocesso, como a recém-aprovada e promulgada reforma trabalhista.

Já o presidente do Sindicato, Antonio Lopes de Carvalho, que também integra o Conselho Fiscal da CONTRICOM, avaliou como muito positivo o Seminário para o fortalecimento das negociações salariais em razão das grandes dificuldades apresentadas pelo segmento patronal. Lopes agradeceu a presença de todos os convidados e, principalmente, dos trabalhadores presentes.

Outras lideranças também marcaram presença no evento, entre elas o secretário Sindical do PC do B, Vanius Oliveira; Rene Oliveira, presidente da CTB São Paulo; Neivo Adair Polaczenie, presidente do Sindicato dos Marceneiros de Porto Alegre; Fernando Carlos da Silva, secretário de Finanças do Sindicato dos Oficiais Marceneiros de Belo Horizonte e Região; Ednalva Bispo dos Santos, representando a Flemacom (Federação Latino Americano

Caribenha no ramo da Construção, Madeira e Material de Construção); José Ribeiro de Lima, presidente do SINTRACOM-BA; as diretoras do SITRACOM de Bento Gonçalves, Adriana Machado, Gisele Guzzo, Valderes Aparecida e a funcionária Lisete Motta; os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Carlos Aparício Clemente, Gilberto Almazam, João Batista da Costa, Alessandro Ferreira da Silva e Marcelo Alves Mendes e o secretário Nacional de Organização do Sindicato Único do Ramo da Construção e Mobiliário do Uruguai (SUNCA), Javier Diaz.

Todos esses companheiros deram uma importante contribuição aos debates, apresentando experiências e práticas desenvolvidas em suas regiões, as quais fortalecem a solidariedade entre os trabalhadores.

Fonte: Marceneiros SP (Mara Santos)/Comunicação CONTRICOM

OLHA AÍ O PERIGO DE NOVO...

Meirelles diz que governo quer aprovar reforma da Previdência até outubro

O governo federal espera aprovar a reforma da Previdência até outubro deste ano, disse o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que participou de reunião com investidores estrangeiros nesta quinta-feira (3) na capital paulista. Ele não acredita que o placar da votação que rejeitou a denúncia contra o presidente Michel Temer vá se refletir na votação das reformas. “Não é simplesmente quem é contra ou



a favor do governo. Vai além disso. Acreditamos na viabilidade da aprovação”, apontou.

Meirelles falou também sobre a reforma tributária que, na avaliação dele, deve ser votada até novembro. “Estamos trabalhando duro na reforma tributária e ela vai ser apresentada ao Congresso num próximo momento.” Ele não descartou a possibilidade de inverter a ordem de votação entre as reformas prioritárias para o governo. “Se até lá a Previdência não tiver sido votada, [a tributária pode passar na frente].”

Meta fiscal - O ministro disse ainda que o governo analisa as razões para a queda na arrecadação para avaliar possíveis mudanças na meta fiscal. “A princípio a meta é R\$ 139 bilhões. Nosso compromisso, nosso objetivo é cumprir a meta”, afirmou. Entre razões que podem explicar a diminuição da arrecadação, está a inflação. “Se a inflação volta a convergir para a meta, portanto, isso tende a regularizar essa parte da receita”, explicou.

Fonte: Agência BRASIL

Senadores da base aliada admitem aprovar apenas parte da reforma

Senadores da base aliada admitiram aprovar apenas pontos da proposta de reforma da Previdência, que está na Câmara dos Deputados. O senador Aécio Neves (PSDB-MG) admitiu que a reforma pode se limitar a estabelecer apenas “um limite de idade para aposentadoria”. Para a senadora Ana Amélia (PP-RS), apenas o próximo governo terá capital político para aprovar uma reforma da Previdência mais ampla. Já o senador

Humberto Costa (PT-PE) só admite votar a reforma política por ser de interesse de todos os parlamentares.

Fonte: Agência Senado

CPI da Previdência ouve sindicalistas na segunda

A CPI da Previdência promove mais uma audiência pública interativa na segunda-feira (7), a partir das 15h. Três sindicalistas serão ouvidos pelos senadores e debaterão as especificidades de cada seguimento em relação à reforma da Previdência Social.

Foram convidados para a reunião o diretor-executivo da Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social (Anadips), Clodoaldo Batista Neri Júnior; e o presidente da Federação Interestadual dos Policiais Civis da Região Centro Oeste e Norte (Feipol), Divinato Ferreira da Consolação.

Também deve participar dos debates Artur Carlos de Moraes, representante do Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira de Auditoria de Atividades Externas do DF (Sindafis).

A CPI é presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e tem como relator o senador Hélio José (PMDB-DF).

Qualquer cidadão pode interagir com os participantes da audiência pública formulando críticas, perguntas e sugestões por meio do portal do programa e-Cidadania ou pela central de teleatendimento Alô Senado (0800 61 22 11). A reunião ocorrerá na sala 19 da Ala Alexandre Costa do Senado.

Fonte: Agência Senado

Projeto concede benefícios a empresas que contratarem empregados com mais de 55 anos

Projeto do senador Cidinho Santos (PR-MT) prevê a concessão de benefícios a empresas que contratarem trabalhadores com mais de 55 anos de idade. O PLS 236/2017 determina que as empresas privadas reservem um percentual mínimo de suas vagas para empregados com idade igual ou superior a 55 anos de idade. Para estimular a contratação desses trabalhadores, o projeto prevê a redução da contribuição patronal do INSS e descontos no transporte coletivo do empregado.

Fonte: Agência Senado

TST: terceirização não vale para contratos findos antes da norma

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu nesta quinta-feira (3) que a terceirização de empregados na atividade-fim das empresas não pode ser aplicada em contratos que foram assinados e encerrados antes da Lei das Terceirizações, sancionada, em março pelo presidente Michel Temer.

Com a decisão, empresas que não cumpriram a regra do TST, editada antes da lei, que proibia contratação interposta de trabalhadores, podem responder pela ilegalidade



se forem acionadas judicialmente por não manterem vínculo com o trabalhador na área-fim.

A questão foi decidida pela primeira vez no TST por um dos colegiados especializados por dissídios coletivos. Na ação, uma empresa de telemarketing pretendia mudar a declaração de ilegalidade no contrato de terceirização de serviços de cobrança com um banco. Por unanimidade, os ministros decidiram manter a ilegalidade na contratação.

A Lei das Terceirizações (Lei 13.429/2017) autorizou as empresas terceirizar a chamada atividade-fim, aquela para a qual a empresa foi criada. A norma prevê que a contratação terceirizada possa ocorrer sem restrições, inclusive na administração pública.

Antes da lei, decisões da Justiça do Trabalho vedavam a terceirização da atividade-fim e a permitiam apenas para a atividade-meio, ou seja, aquelas funções que não estão diretamente ligadas ao objetivo principal da empresa.

Fonte: Agência Brasil

Pesquisa aponta aumento da preocupação com desemprego

Os brasileiros estão mais preocupados em perder os empregos. Pesquisa divulgada nesta quinta-feira (03) pela CNI, a Confederação Nacional da Indústria, revelou que o índice do medo do desemprego ficou em mais de 66 pontos em julho*.

Segundo a CNI, o agravamento da crise política entre março e julho, piorou as expectativas da população sobre o Brasil. A economista da CNI, Maria Carolina, explica.

O levantamento ouviu duas mil pessoas, em 125 municípios, entre os dias 13 e 16 do mês passado.

* O valor é 1,8 ponto superior ao registrado em março e está 17,3 pontos acima da média histórica que é de 48,8 pontos.

Fonte: Portal EBC

Maia indica que reforma política deve ser prioridade da Câmara

Uma das mudanças propostas é a criação do fundo público para campanhas eleitorais e, para valer em 2018, precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado até o final de setembro



O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou nesta quinta-feira (3) que, após a decisão de negar autorização ao prosseguimento da denúncia contra Michel Temer, os deputados devem retomar os trabalhos tendo a reforma política como prioridade nas próximas duas semanas. Maia, que se reuniu com investidores em São Paulo, defendeu ainda o debate sobre sugestões para reforma tributária.

A proposta do relator da reforma política, deputado Vicente Candido (PT-SP), ainda precisa ser aprovada em comissão especial. Uma das mudanças é a criação do fundo público para financiamento das campanhas eleitorais. Para valer nas eleições de 2018, a reforma política precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado até o final de setembro.

Tributos - No caso da reforma tributária, um parecer prévio foi apresentado pelo relator, deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR), em fevereiro deste ano, e desde então o assunto está parado em comissão especial. O presidente da Câmara disse que pretende retomar esse debate para que a reforma tributária avance de forma paralela à da Previdência.



Aposentadoria - Em relação a um novo calendário para a reforma da Previdência, defendido por aliados do Planalto, Maia afirmou que é preciso avaliar de que forma a proposta será encaminhada. Ele ressaltou que, como demonstrou a votação sobre a denúncia contra Temer, o governo precisa reorganizar a base aliada. Para aprovar a reforma da Previdência, são necessários pelo menos 308 votos em Plenário.

Fonte: Agência Câmara

Comissão reajusta tabela do IR e reduz idade de isenção sobre aposentadoria

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que reajusta a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Pelo texto (PL 7172/10), em 2018 estarão isentos do tributo as remunerações mensais até R\$ 2.141,98. Hoje, a isenção só alcança salários até R\$ 1.903,98.

As novas faixas de incidência são: para remunerações de R\$ 2.141,99 até R\$ 3.179,98, a alíquota mensal será de 7,5%. De R\$ 3.179,99 até R\$ 4.219,93 a alíquota será de 15%. De R\$ 4.219,94 até R\$ 5.247,77, será de 22,5%.

Por fim, as remunerações mensais acima de R\$ 5.247,77 terão descontadas a alíquota de 27,5%. A alíquota máxima em vigor abarca as remunerações a partir de R\$ 4.664,68.

O texto também estabelece que, a partir de 2019 a tabela do IRPF será corrigida anualmente pelo IPCA, que mede a inflação oficial do País.

Isenção - Além da correção da tabela, o substitutivo aprovado isenta as pessoas a partir de 60 anos do pagamento do IRPF sobre aposentadorias e pensões. Hoje, a isenção só vale a partir dos 65 anos (Lei 7.713/88). O relator explica que essa idade está em desacordo com o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), que considera idosa a pessoa com idade superior a 60 anos.

Tramitação - O projeto será votado agora nas comissões de Finanças e Tributação, que vai analisar o impacto fiscal da correção da tabela do IR; e Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, segue para o Plenário da Câmara.

Fonte: Agência Câmara

Acordo homologado na Justiça Comum é inválido para afastar vínculo de emprego

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou inválido acordo extrajudicial, homologado pela Justiça Comum, pelo qual a Agromen Sementes Agrícolas Ltda. e um vendedor formalizaram a inexistência de vínculo de emprego. “O juiz estadual ou federal não pode homologar um acordo sobre existência de vínculo de emprego”, destacou o relator, ministro Alexandre Agra Belmonte.

O vendedor trabalhou para Agromen Sementes Agrícolas Ltda. de 2002 a 2007, quando a companhia transferiu todos os seus negócios para outra empresa, a Dow Agrosiences Industrial Ltda., inclusive os contratos de seus



representantes comerciais. Para isso, foi celebrado o acordo, pelo qual o vendedor declarava a ausência de vínculo de emprego com a Agromen durante os cinco anos de serviços prestados, passando a ser considerado representante comercial da Dow Agrosiences.

Após o desligamento, em 2012, ele ajuizou reclamação trabalhista contra as duas empresas, pedindo o vínculo referente a dez anos de serviço. O juízo da 5ª Vara do Trabalho de Curitiba (PR) julgou o pedido procedente, com o entendimento de que o acordo “foi entabulado unicamente para evitar litígio trabalhista em razão do descumprimento das leis do emprego”. O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR), porém, considerou que o acordo tem efeitos de coisa julgada, o que impede a reapreciação da matéria pela Justiça do Trabalho.

No recurso para o TST, o vendedor sustentou que o acordo homologado perante a Justiça Comum entre duas pessoas jurídicas, mediante a qual se declarou nunca ter havido vínculo de emprego entre as partes, não faz coisa julgada, porque foi imposto como forma para continuar a prestação de serviços e teve por objetivo excluir direitos trabalhistas irrenunciáveis.

O ministro Agra Belmonte explicou que o acordo entre representante e representado, quando celebrado entre pessoas jurídicas, é de competência da Justiça Comum.

Por unanimidade, a Turma proveu o recurso do trabalhador e restabeleceu a sentença que declarou a existência do contrato de trabalho entre as partes, de natureza empregatícia, com o pagamento das verbas trabalhistas correspondentes.

Fonte: TST

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)